

Istoé

6/3/1985

## Outono quente

*Campanha salarial do ABC paulista é o primeiro grande teste para o pacto social*

Ao tomar posse, no dia 15 de março de 1979, o presidente João Baptista Figueiredo enfrentou, de saída, uma devastadora onda de greves na região do ABC paulista, onde se concentram as principais fábricas de automóveis e eletrodomésticos do país. Diante da obstinada luta dos trabalhadores ele não hesitou em decretar a intervenção nos sindicatos de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Mas, ao contrário da maioria de seus antecessores militares, Figueiredo acabou por tolerar uma negociação. Durante os encontros, o franzino deputado do MDB paulista Almir Pazzianotto Pinto, então com 41 anos, foi um competente defensor dos direitos dos trabalhadores.

Em 1985, na qualidade de futuro ministro do Trabalho do governo Tancredo Neves, Pazzianotto — após ter exercido com rara habilidade o papel de moderador nos últimos dois anos, como secretário do Trabalho do Estado de São Paulo — encontra-se justamente do outro lado da mesa. E foi nessa nova condição que, na quinta-tenra passada, participou do encontro entre o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio da Silva, o Lula, e Tancredo Neves.

Pazzianotto tem, agora, uma missão ainda mais espinhosa: costurar o complicado pacto social entre empresários e trabalhadores, para que o governo da Nova República tenha condições de colocar em prática seu programa de mudanças. No entanto, apesar de sua comprovada habilidade, Pazzianotto dificilmente conseguirá frear a nova onda de greves programada para os próximos sessenta dias. Nada menos que 500 mil metalúrgicos no Estado de São Paulo tem sua data-base de dissídio salarial dia 19 próximo, entre eles 200 mil do ABC paulista, liderados por dirigentes sindicais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao oposicionista PT. O presidente da CUT e do maior sindicato do ABC, o de São Bernardo do Campo e Diadema, com 51 mil filiados, o ferramenteiro da Ford Jair Meneguelli, 37 anos, anuncia que os trabalhadores vêm se preparando normalmente para a greve por suas reivindicações, como fazem todo ano: "Não temos culpa de que nossa campanha coincide com as datas de posse dos presidentes". Ele admite, contudo, que o movimento deste ano pode ter como desdobramento, numa segunda etapa, a colocação de reivindicações políticas, como reforma agrária, congelamento de preços e participação dos trabalhadores nas gestões dos fundos sociais do governo, como o FGTS e o PIS.

Mas não virão só dos combativos metalúrgicos do ABC as turbulências no início do novo governo. Também o moderado Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, 59 anos, admirador do programa do presidente eleito Tancredo Neves e membro da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), mais próxima ao PMDB, afirma que não tem condições de pedir aos metalúrgicos que abram mão da greve. Joaquinzão, que além de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é diretor da federação estadual da classe, responsável pela coordenação de campanha salarial dos sindicatos do interior, alega não poder fazer um acordo estipulando, previamente, que os trabalhadores não farão greve. "Isso seria loucura", argumenta ele, "porque posso ser desmentido no dia seguinte". E tem razão para pensar assim: no Estado de São Paulo pipocaram — só nos dois primeiros meses do ano — quase cem greves nos diferentes setores da economia, recorda Waldemar Rossi, líder da Pastoral Operária, que centraliza uma forte facção de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "A cúpula pode falar em pacto", diz, "mas as bases não sabem nem o que é isso".

Pelo menos nesse ponto seu pensamento coincide com o de outro moderado sindicalista, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Roberto Horiguti, 51 anos. Ele presenciou as greves dos canavieiros, em janeiro, dos plantadores de amendoim e dos colhedores de algodão, em fevereiro, e acredita que os movimentos se multiplicarão em março e abril. "Não se trata de estar contra ou a favor do novo governo", pondera o declaradamente tancredista Horiguti, que também é membro da Conclat, "a questão é que os trabalhadores não estão suportando os atuais níveis de inflação". Em abril começa a campanha salarial dos 400 mil cortadores de cana do Estado de São Paulo e Horiguti acredita que as greves de janeiro foram apenas uma mostra do que virá agora. Horiguti e Joaquinção concordam que é impensável qualquer pacto social que implique novos sacrifícios aos trabalhadores.

Mas qual pacto interessa, afinal, aos trabalhadores? Nenhum — a julgar, à primeira vista, pelo boletim distribuído pela CUT, seção de São Paulo, em fevereiro, definindo 1985 como um ano de "grandes lutas da classe trabalhadora contra o arrocho salarial, o desemprego e o pacto social". Menos intransigente, contudo, o presidente da CUT nacional, Jair Meneguelli, ameniza a posição da sua central diante do pacto. "Se o governo acatasse algumas de nossas principais reivindicações, como a semana de quarenta horas, estabilidade no emprego, reajuste mensal de salários, reforma agrária sob controle dos trabalhadores", enumera o líder metalúrgico, "seria uma decorrência natural que os trabalhadores cessassem os movimentos grevistas".

Bastante crítico, Joaquinção observa que "pacto pressupõe vontade de ambas as partes" e lembra que ainda não viu nenhuma "boa vontade" entre os empresários. "Não ouvi falarem nada a respeito de redução de seus lucros, de congelamento de preços e de rebaixamento dos juros." Ele acha, no entanto, que o movimento sindical, na sua maioria, tem consciência de que "é preciso ajudar o futuro governo a suplantiar os obstáculos e vencer desafios" que encontrará.

Os naturais interlocutores dos trabalhadores, na discussão do pacto social, também estão divididos. O coordenador do Grupo 14 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Roberto Della Manna, 47 anos, embora otimista em relação às próximas negociações salariais com os metalúrgicos, admite que os empresários irão para mesa com algumas questões fechadas, possivelmente contra as principais reivindicações dos metalúrgicos do ABC — ou seja, a semana de quarenta horas, a estabilidade no emprego por um ano e o reajuste mensal de salários. O vice-presidente do Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea), Jacy de Souza Mendonça, 53 anos, diretor de Relações Industriais da Volkswagen e que representa o setor na FIESP e nas negociações, classifica como simplesmente utópicas as pretensões dos metalúrgicos do ABC. "A economia não suportaria a semana de quarenta ou a estabilidade."

Industriais mais distantes do fervor da campanha metalúrgica são, porém, mais otimistas em relação ao pacto social. O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, é favorável a uma armação deste tipo. Ele adianta uma proposta: "Conseguir uma trégua nas greves em troca de uma política de garantia de emprego, adotada pelas empresas por prazo prefixado". Além disso, Vidigal acha que alguns setores da economia poderão ser compelidos a um congelamento de preços. Outro empresário que acredita no congelamento de preços é o ex-dirigente da FIESP Dílson Funaro, 51 anos, presidente das empresas Trol. Ex-secretário da Fazenda e Planejamento no governo paulista de Abreu Sodré, Funaro condiciona, entretanto, o pacto a uma reforma econômica e social mais profunda. "Se o pacto for só para segurar preços e salários", sustenta Funaro, "não sento à mesa de negociação".

Mas há também, entre os empresários, facções que não querem nem ouvir falar de pacto. Na terça-feira passada, quando o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, entregava a Tancredo Neves um documento de sugestões das 22 federações de indústria de todo o país, a menção do pacto social foi repudiada por diversas federações

nordestinas. Franco, entretanto, conseguiu evitar que a contrariedade das federações viesse a público, mas certamente terá dificuldades em convencê-las a tomar qualquer iniciativa para efetivar o pacto em seus Estados.

Um dos raros pontos de unanimidade do pacto será o fim da intervenção do Estado nos sindicatos. Colocada no condicional por Lula, mas, na verdade, já aceita praticamente por empresários e todas as correntes sindicais do país, a revogação dos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, está prevista no primeiro documento que propõe o pacto social, apresentado em novembro do ano passado por Tancredo Neves, numa conferência promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o documento remete, porém, a formulação da nova legislação do sindicalismo, livre e autônomo, para ser discutida durante, a Constituinte. Pontos como a extinção do Imposto Sindical, o pluralismo sindical e a filiação internacional dos sindicatos vêm causando grande polêmica no movimento sindical.

Parece, no entanto, que, pelo menos, existe outra grande convergência entre empresários e trabalhadores: a de que, se há alguém capaz de compor o intrincado quebra-cabeça do pacto social, é Pazzianotto. Della Manna, por exemplo, faz questão de enaltecer o novo ministro do Trabalho: "É um profundo conhecedor do movimento trabalhista e será, portanto, um bom árbitro". É, provavelmente, uma das poucas vezes que o empresário concorda com o líder metalúrgico Luís Inácio da Silva. Ao sair da reunião com Tancredo Neves, Lula elogiou igualmente o futuro ministro do Trabalho: "E nosso companheiro há vinte anos nas lutas sindicais".

Na mesma reunião, Lula arriscou que o grande teste do governo Tancredo Neves não será exatamente na campanha dos metalúrgicos de São Bernardo, mas no dia 19 de maio, quando o governo estabelecer o novo salário mínimo. Mas Pazzianotto, atento as dificuldades dos primeiros dias da Nova República, aposta que o grande desafio será a campanha no ABC. "Teremos dois meses difíceis", reconhece ele, "mas não impossíveis". Pazzianotto acredita que a corda entre empresários e trabalhadores estará tensa, mas não arrebentará: "O papel dos trabalhadores é esticar a corda", conclui, "e o do governo é não deixar que arrebente". Mas ele promete não lançar mão do impopular recurso das intervenções: "Temos um compromisso moral e não usaremos a legislação autoritária que herdamos". Quanto à polícia, só entrará em cena para manter a ordem: "Como em qualquer regime democrático", garante. Pazzianotto terá de se desdobrar, de fato, para que a corda não arrebente. Se romper do lado do governo, seu ministério terá um mau começo, o qual pode comprometer a imagem da Nova República; se a ruptura for do lado dos metalúrgicos, poderá perder o emprego, que mantém até hoje, de advogado, no momento licenciado, do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que o lançou para a política nacional.

**(Páginas 26, 27 e 28)**